

AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 339 - Setembro / 2007

IMPRESSO ESPECIAL

CONT. Nº 050200119-4/2002

ECT/DR/RJ

AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

BARRAR OS LEILÕES DO NOSSO PETRÓLEO

As nossas autoridades têm ouvidos moucos para a sociedade brasileira, e mantiveram 8º leilão e querem realizar o 9º. A AEPET conclama todos brasileiros a se mobilizarem para barrar tais leilões, lesivos ao Brasil.

No dia 6 de agosto de 1997, ano do 176º aniversário da Independência do Brasil e do 109º aniversário da Proclamação da República, foi criada a fatídica Lei 9478/97 (Lei do Petróleo), que completou 10 anos de vida. E a lógica do lucro máximo no parco setor petrolífero brasileiro segue atropelando as pessoas, a economia nacional e os interesses maiores do Brasil. Os petroleiros, assim como a sociedade brasileira, continuam acreditando que é possível pôr fim ao período privatizante de FHC et caterva, que ainda sobrevive nos fatídicos leilões das nossas áreas potenciais e produtoras de petróleo e por fim a “farra dos sistema financeiro” no país.

O lobby do “Consenso de Washington” mais uma vez in-

fluuiu sobre nossas elites e conseguiu restabelecer, momentaneamente, o 8º Leilão da ANP, que tem como características impedir a liberdade da Petrobrás de se defender e consequentemente proteger os interesses do Brasil, ou seja, recuperar aquelas áreas produtoras e defender aquelas promissoras de se encontrar petróleo. Acreditávamos que no segundo mandato, o Governo Lula, que emergia vitorioso das umas, sobretudo, por conta de um erro fatal de seu opositor, Geraldo Alckmin, que manifestou intenção de privatizar a Petrobrás. Acreditávamos ainda que Lula seria o oposto de tudo que estávamos assistindo com FHC. No primeiro mandato não vimos uma resposta convincente e no segundo continuamos aguardando que ele tome uma atitude a respeito.

Continua na pág 04

O LUCRO OU AS PESSOAS?

Sindicalistas e advogados trabalhistas debatem soluções para o desequilíbrio nas relações humanas no Sistema Petrobrás. Os sindicalistas conclamam a união de todos para barrar agressões aos direitos adquiridos.

O renomado professor estadunidense Noam Chomsky (Instituto de Tecnologia de Massachussets), um dos maiores, senão o maior, crítico do neoliberalismo no momento, intitulou um de seus livros com a seguinte expressão: “O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global”. Ele mostra em diversos textos que as corporações, com todo seu poder financeiro, se colocam acima do Estado e, por conseguinte, acima das pessoas. As corporações ditam as regras ao “senhor mercado”, controlam as informações na mídia, manipulam, financiam a indústria bélica e as guerras, com objetivo de derrubar quem incomodar sua vida de fartura. Elas ainda exercem gigantesco lobby elegendo políticos alinhados com seu principal interesse: lucro máximo, e as pessoas que se virem.

A Petrobrás não foi criada para ser uma corporação com as características acima citadas. Ela foi criada para ser uma empresa estratégica do desenvolvimento nacional. No entanto, como as elites brasileiras, alinhadas com as elites estrangeiras, sobretudo, os anglo-saxões, não conseguiram privatizar a estatal, querem transformá-la numa corporação bem ao estilo estadunidense, que pisa e esmaga os trabalhadores para obter lucro máximo. Tudo para os acionistas de Wall Street em detrimento dos brasileiros. Segundo o diretor de Comunicações da AEPET,

Fernando Siqueira, Wall Street detêm 49% do capital social da estatal, contra 32% em poder do governo e 7,9% do BNDESPAR.

Entidades de petroleiros, e seus advogados, reuniram-se na sede da AEPET, no dia 23/08, para debater a grave crise vivida pelos empregados, aposentados e pensionistas e as direções da Petrobrás e da Petros. Eles acreditam que é possível vencer o poderio das corporações, e trazer de volta a Petrobrás e o Plano Petros que conhecemos – pujantes, respeitáveis e que discutam com seriedade o futuro de seus trabalhadores. As lideranças acreditam, também, que é possível evitar que a Companhia se torne uma corporação como as que criaram o capitalismo selvagem, que não respeitam a soberania, o futuro dos País e os seus povos.

O lobby das multinacionais trabalha dia e noite para evitar o retorno da Petrobrás ao setor petroquímico pela porta da frente. Trabalha dia e noite para conter a estatal na recuperação das áreas por ela pesquisadas, incluídas nos absurdos leilões da ANP. A afronta ao Plano Petros não está isolado de tal estratégia perversa. Assim como o sistema financeiro vem abocanhando as poupanças dos Fundos de Pensão mundo afora, quere abocanhar a Petros, a Previdência Social, entre outros, no Brasil.

Continua na pág 03



OUÇA
PROGRAMA FAIXA LIVRE
A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia
2ª a 6ª - De 8h às 10h
Rádio Bandeirantes - 1360 KHz AM

Você também pode ouvir o programa pela internet. Sempre a partir das 13h acessando: www.programafaixaivre.org.br

ASSISTA
O BRASIL QUE ESCONDEM DE VOCÊ PODE SER VISTO NO
DEBATE BRASIL
com o jornalista JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO

Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse: www.aepet.org.br

A histórica decisão do Supremo Tribunal Federal reacendeu a esperança no coração dos brasileiros e a certeza de que, agora sim, o Brasil irá ao encontro do seu futuro de país mais rico e mais viável do planeta. A falta da presença efetiva do terceiro poder no cenário político nacional deixava nos brasileiros a sensação de impunidade, de que não adiantava trabalhar duro e ser ético, porque os malandros é que sempre se davam bem. Maluf é o paradigma da impunidade. Impedido de sair do Brasil sob pena de ser preso, aqui gosava das maiores regalias. A imunidade e a impunidade dos políticos corruptos superlotavam os armários do STF de processos intermináveis e inconclusos.

Parece que tudo mudou. Esperamos que a decisão do STF seja o divisor de águas que irá resgatar a dignidade, a ética, a honra e a integridade como características do povo brasileiro e que vinham se deteriorando a passos largos e preocupantes. Como disse o brilhante ministro Ayres de Britto: "onde a ética na política não é tudo, a política não é nada". Ele sinalizou que o STF quer um país com qualidade de vida política com qualidade de vida ética". A impunidade desenfreada não protege o trabalho, a cidadania e o progresso calcado nos valores no lugar de "crimes em quantidades enlouquecidas". Tomara que o STF, "acordado" para sua função de guardião do país se firme ainda mais e restaure no plenário a suspensão do 8º leilão de áreas petrolíferas, concedida pela 9ª Vara Federal no Distrito Federal. **O Brasil merece.**

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira

Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho

Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes

Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma

Cultural: Sílvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo

Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C.Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P.

Costa / Aepet-Macaé: José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon

Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL: Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espirito Santo:** Paulo W. Magalhães

- S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G.

R. de Carvalho / Pernambuco: Adelman José Leão Brasil / **Brasília:**

Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTb nº 15.562)

Reportagem: José C. Moutinho

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

Arte: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Jornal do Comercio

Tiragem: 22 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

E QUEM NÃO REPACTUOU, COMO FICA?

Esta pergunta nos tem sido feita por aqueles que não repactuaram e não quiseram entregar seus direitos.

A Petrobrás, a Petros e a FUP vêm maquiavelmente tentando, de todos os modos, forçar aqueles que não repactuaram, seja por ameaças, seja por manobras escusas (ex. duas tabelas no PCAC), a capitular aos seus desejos.

Entretanto há um fato irrecorrível: quem não repactuou continuará a ter seus direitos regidos pela legislação e pelo regulamento da época em que aderiu ao Plano Petros BD.

As ameaças que vêm sendo feitas são múltiplas: criação no novo Plano de Cargos, de duas tabelas, sendo uma congelada para os que não repactuaram. Ora, o plano de cargos foi feito para o pessoal da ativa. Não pode ser aplicado aos aposentados e pensionistas que não mais trabalham na empresa. Daí que qualquer tentativa de mudar o que está no regulamento do Plano Petros BD

da época em que o participante a ele aderiu, só vale se for para beneficia-lo. É a lei.

A exigência da Petrobrás de que os Sindicatos aprovem o PCAC é mais uma armadilha para dificultar as futuras ações na Justiça de quem se sentir prejudicado. Para evitar essa armadilha os participantes deverão, cautelarmente, ajuizar ações que informem aos Sindicatos de sua área que a aprovação do PCAC não atinge o participante que não repactuou. As associações devem providenciar, com urgência, a execução de tais medidas judiciais para garantir os direitos de quem não repactuou.

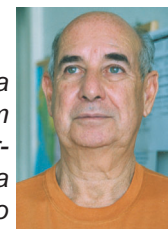
A Petrobrás vem criando um "lobby" junto aos ministros do TST para que estes decidam contra as ações de níveis que vêm sendo ajuizadas por aposentados. No último congresso da FNP ficou acertado que os advogados iriam preparar um documento para envio aos ministros do TST mos-

trando que a Petrobrás vem usando de artifícios para descumprir o que estabelece os Art 41 e 42 do Regulamento do Plano Petros. Estamos no aguardo da execução desta providência.

A discussão de um novo ACT se aproxima e novos embates estão previstos com relação ao aumento das aposentadorias de quem não repactuou.

Com relação ao Acordo de Obrigações Recíprocas entre a FUP e a Petrobrás outras ações deverão ser ajuizadas para garantir que o mesmo não seja lesivo aos interesses dos repactuantes. Essas ações estão em fase de preparação e em curto prazo os não repactuantes serão chamados a aderir às mesmas.

Pedro Carvalho – Diretor de Pessoal da AEPET



A NECESSÁRIA UNIÃO

Em agosto lembramos a passagem do Presidente Getúlio Vargas e o homenageamos por tudo que fez em prol do Brasil e dos brasileiros. Vargas foi um exemplo de político, raro nos dias de hoje. Ele pagou com sua própria vida para que o País não se curvasse ante aos interesses alienígenas, ao golpismo, e às multinacionais, em detrimento dos interesses da Nação brasileira. Ele acudiu os trabalhadores (setores público e privado), e lhes proporcionou (em lei e na prática), entre outros, direitos trabalhistas, remuneração digna, seguridade social, de organização sindical, e de escolher democraticamente seus representantes. Getúlio, através do DASP, deu qualidade e honradez ao serviço público, hoje permanentemente agredido e distante do povo. Com Vargas, o Brasil saiu de agro-exportador, criando as condições que possibilitaram a luta por uma soberania plena, com suas bases fundamentais para o desenvolvimento assentadas. Ingressamos na lista das maiores nações do mundo, graças a tais bases estratégicas (Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, a Companhia Siderúrgica Nacional, o BNDES, o Banco do Nordeste, entre outros). Assim como Getúlio soube unir a Nação para promover tais feitos, hoje, mais do que nunca, precisamos da união de todos para preservar e restabelecer as referidas bases e o padrão de vida dos trabalhadores, agredidos por sucessivos governos. Vamos defender os interesses do Brasil e dos brasileiros. Somos todos herdeiros do Presidente Vargas. Mais uma vez a AEPET vem pedir a todos que exijam mudanças na Lei 9478/97, o fim dos leilões de petróleo pela ANP, o repúdio à pretensa Lei do Gás, e o retorno da CVRD ao Estado.

Escreva aos deputados e senadores pelos correios eletrônicos: cidadao@camara.gov.br ou cidadao@senado.gov.br. **Envie mensagens para os ministros do STF:** Ellen Gracie, presidente (ellengracie@stf.gov.br); Gilmar Ferreira Mendes, vice-presidente (mgilmar@stf.gov.br); Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (marcoaurelio@stf.gov.br); Eros Grau (gaberos@stf.gov.br); Antônio Cezar Peluso (alexandram@stf.gov.br); Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto (gcarlosbritto@stf.gov.br); Joaquim Benedito Barbosa Gomes (gabminjoaquim@stf.gov.br); Henrique Ricardo Lewandowski (gabinete-lewandowski@stf.gov.br); e Cármen Lúcia (helta@stf.gov.br). **Envie mensagens para a Presidência:** pr@planalto.gov.br.



O LUCRO OU AS PESSOAS?

As lideranças dos Sindipetros (RJ, São José dos Campos, Litoral Paulista, Sergipe/Alagoas, AM/PA/MA/AP), que compõem a Frente Nacional dos Petroleiros, as associações de petroleiros (AEPET, AMBEP, APAPE, FENASPE, AEPETRO-BA), além da direção do CDPP, estão organizando uma grande ofensiva em defesa dos direitos dos petroleiros. Deixaram claro que os petroleiros serão defendidos indistintamente – sejam eles ativos ou aposentados, pensionistas, os que repactuaram, os que não repactuaram o Plano Petros, os que estão no Petros 2. A Companhia, infelizmente, está usando a tática “dividir para reinar”.

A reunião das lideranças e seus representantes jurídicos, teve como objetivo buscar saídas para solucionar impasses provocados pela Petrobrás nos Acordos Coletivos de Trabalho, no PCAC, e alguns subterfúgios, que as lideranças consideram como uma continuação da “repactuação” do Plano Petros, consubstanciada na violação do artigo 41 do Regulamento do Plano de Benefício (RPB).

O presidente da AMBEP, Yvan Barretto, declarou que: “a reunião das lideranças e seus advogados foi bastante proveitosa, e acredito que conseguimos apontar os caminhos”.

O diretor de Assuntos Jurídicos da AEPET, Sydney Reis Santos, avaliou que os petroleiros estão “diante de uma nova realidade construída passo-a-passo pelos neoliberais”. Ele completou que “assim, alguns companheiros que ombreavam conosco em lutas memoráveis no passado recente, hoje se sentam do outro lado da mesa impondo condições nos Acordos Coletivos de Trabalho, que violam princípios individuais de empregados ativos, aposentados e até das pensionistas. Dessa forma, os interesses do capital avançam sem que o movimento sindical ofereça a devida resistência. Temos que fazer alguma coisa, por isso estamos reunindo as lideranças sindicais e os nossos advogados para saber como obstar o avanço do capital”.

O conselheiro da AMBEP, João Roberto Neves, disse que a reunião “revelou a urgência de se reconhecer que, na realidade, a Petrobrás promove cada vez mais a separação entre os aposentados e os ativos. E essa separação não existia há vários anos atrás. Tal fato está dificultando em muito a solução dos problemas e está colocando os líderes sindicais em posições bastante desconfortáveis para resolver, ou tentar solucionar os acordos, para tentar não prejudicar uma parte da categoria”.

O conselheiro deliberativo da Petros, Paulo Brandão, disse que a reunião “foi muito produtiva, houve bom entendimen-

to e se conseguiu definir medidas consensuais, que deverão ser tomadas imediatamente para preservar os direitos dos participantes”. Ele informou que algumas ações jurídicas serão realizadas “para preservar os direitos dos novos de terem plano de previdência, desde que seja o melhor, ou seja, o Plano Petros BD”.

O conselheiro suplente da Petros, Roberto Ribeiro afirmou que a Petrobrás utilizou mais uma vez de suas artimanhas, chantagem, inclusive, deixou os novos com uma única opção: ou Petros 2 ou nada. E mais: a Petrobrás só deu prazo (de 1º de junho até 29 de agosto) para os empregados novos decidissem aderir ao Petros 2, senão poderiam perder o serviços passado (cinco anos). Ou seja, nós achamos isso chantagem”.

O coordenador do CDPP, Ronaldo Tedesco, disse que a atual idéia do CDPP “não é só defender quem está no Plano Petros BD, mas também defender que os novos empregados da Petrobrás tenham Petros BD. E mesmo aqueles que estejam no Plano Petros 2 não sejam ameaçados nos seus direitos. Então, a nossa reunião com os assessores jurídicos da categoria é fazer com que esses direitos dos três segmentos (ativos, aposentados e novos) sejam defendidos. Queremos que os companheiros que entraram no Petros 2, por estarem proibidos pela Petrobrás de ingressarem no Petros BD, estejam conosco na luta em defesa do Petros BD, que consideramos o melhor plano”.

O diretor-secretário da APAPE, Rodolpho Ruhn, revelou que “várias vezes testemunhou que se iria fazer um acordo de R\$ 6 bilhões, que era um absurdo, pois temos um laudo de um processo em curso contra a Petrobrás que fixou o valor de R\$ 9 bilhões. Não bastando, agora está sendo divulgado como aceito e acordado o pagamento de R\$ 4,76 bilhões”. E mais: “consta no comunicado da Petrobrás às instituições financeiras que com isso, não só a FUP e sindicatos afiliados que estariam de acordo, como também outras ações que estariam atacando essas posições ocorridas nos últimos anos serão passíveis de arquivamento”. “Isso é um total descalabro”.

O diretor Jurídico do Sindipetro-RJ, José Maria, avaliou que aquela reunião revelou que “o quanto foi importante a iniciativa do Sindipetro-RJ de ter feito recomendações em relação ao PCAC e em relação ao Plano Petros 2, quando instruiu e orientou o seu quadro associativo, aos empregados que compõe o Sistema Petrobrás, para que aderisse ao Plano Petros 2 e não ficasse desprotegido e descoberto de toda a segurança. Tal fato não descarta a luta que o Sindicato vem travando em prol do Plano Petros BD. Todos estão convergindo para a proposta do Sindipetro-RJ”.

O presidente da APAPE, Paulo Moreira, achou que a reunião “veio contribuir para equacionar juridicamente os problemas com a Petros. Levaremos para os Tribunais para tentar resolver esse imbróglio que a Petrobrás e a Petros colocaram os empregados (ativos e aposentados)”.

O presidente do Sindipetro-São José dos Campos, José de Oliveira Silva, disse: “Vemos na atual posição da Petrobrás de ataque aos interesses dos trabalhadores como uma falta de respeito. As estratégias tiradas na reunião estão muito a contento e acho que daqui para frente teremos que nos contrapor a tudo isso, até na Justiça”.

A diretora de Saúde, Meio Ambiente, Segurança e Previdência da AEPETRO-BA, Edilene Faria (Leninha), disse que a Petrobrás “cria uma série de problemas para a vida dos trabalhadores quando segmenta de todas as formas a categoria. Estamos procurando soluções legais e jurídicas para que os petroleiro sejam ressarcidos dos danos causados pela empresa. Eu tenho esperança que vamos sair vitoriosos, pois não há mal que prevaleça para sempre”.

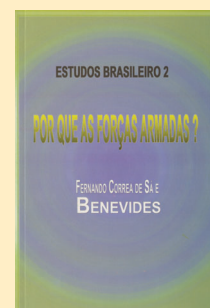
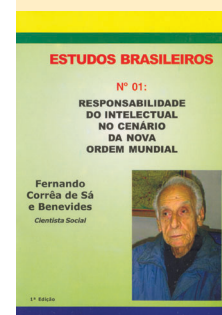
O diretor da AEPET e conselheiro da Petros, Fernando Siqueira, lamentou não estar presente, pois estava em Brasília defendendo a Petrobrás do ataque da absurda Lei do Gás, que pode causar inúmeros prejuízos à empresa. Siqueira informou que a Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada da matéria tem 12 dos 15 membros pertencentes à base do governo. E está negociando os direitos da Petrobrás em troca da aprovação da CPMF, esquecendo que ela é uma empresa estratégica.

Compareceram ainda à reunião o diretor do Sindipetro-Se/Al, Clarkson Araújo, os advogados Luiz Fernando (Sindipetro-RJ), Aderson Bussinger Carvalho (Sindipetro-Se/Al), Marcelo da Silva (FENASPE e AMBEP), José Henrique Moura da Rocha (Sindipetro-São José dos Campos), a advogada Raquel de Oliveira Souza (Sindipetro-SE/AL), e o assessor jurídico da AEPETRO-BA, Luiz Salvador, entre outros.

Em suma, os petroleiros e o povo brasileiro querem de volta a sua verdadeira Petrobrás, onde o respeito, solidariedade, trabalho duro, mas motivador, existia. Os petroleiros e o Brasil não querem ver a Petrobrás como uma multinacional “bucha de canhão” das irmãs anglo-saxônicas do petróleo. Os petroleiros querem de volta a Petrobrás ativa, empresa-vetor do desenvolvimento nacional, e que trata com carinho do seu bom desempenho financeiro, assim como tenha respeito e solidariedade para com seus empregados, principais artífices de seu sucesso.

LIVROS A VENDA

Globalização para o
Desenvolvimento
Por Adriano Benayon
R\$ 25,00



Estudos Brasileiros

Por

Fernando Corrêa de Sá e Benevides

Caderno 1:

Responsabilidade do Intelectual no Cenário da Nova Ordem Mundial

Caderno 2:

Por que as Forças Armadas?

R\$ 10,00 cada



O Despertar do
Nativismo Brasileiro
Tomo 1- Séc.XVII
Por
Edson Monteiro
R\$ 24,00

Nem Todo Petróleo é
Nosso
Por
Paulo Metri e
Sérgio Xavier Ferolla
R\$ 30,00





Continuação
da pág 01

BARRAR OS LEILÕES DO NOSSO PETRÓLEO

O fato é que o 8º (sub-judice já que a decisão monocrática da Ministra Ellen Gracie suspendeu a liminar da 9ª Vara Federal, deverá ser submetida a pleno do STF) e o 9º leilões estão na pauta da ANP, autorizada pelo Governo, para realizá-los. A nação brasileira deverá, mais uma vez mostrar sua energia e se mobilizar para barrar tais criminosos atos, que significam a entrega de um bem vital para a sobrevivência do Brasil a multinacionais, lesando a condição de nação livre e soberana. Vamos lutar para que o país não perca mais áreas pesquisadas pela Petrobrás, que investiu vultosos recursos em pesquisa e prospecção. É preciso lembrar inúmeras vezes, pois eles têm ouvidos moucos, o Brasil não é uma Arábia Saudita. O diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, as lideranças dos Sindipetros e associações de petroleiros, o Modecon, o engenheiro Paulo Metri, o brigadeiro Sergio Ferolla, o engenheiro Raymundo de Oliveira, e demais especialistas têm alertado sobre o fato de nossas reservas de petróleo serem modestas, portanto exportá-las é irresponsabilidade estratégica ferindo os interesses do País.

Siqueira tem ressaltado que o Brasil possui, hoje, reservas provadas e registradas de cerca de 14 bilhões de barris. E a perspectiva de novas descobertas é de, no máximo, 10 bilhões de barris, conforme confirmam renomados geólogos da Petrobrás. Siqueira ressalta que isto significa que, mesmo que o País continue com um crescimento medíocre, o nosso petróleo durará menos de 18 anos. Dentro desse quadro, a auto-suficiência deverá acabar em menos de 10 anos. Se houver exportação durará menos ainda.

Lembrou, ainda, que as empresas estrangeiras exportam, pagando apenas 15% de imposto de exportação, pela Lei Kandir. "Ficam, portanto, em condições de superioridade com as empresas nacionais, mormente a Petrobrás, já perseguida no 8º Leilão da ANP".

Para o presidente da AEPET, Heitor Manoel Pereira, os leilões da ANP aumentam mais a nossa vulnerabilidade, pois as empresas estrangeiras, notadamente as anglo-saxões, que ganham as concessões, ficam com a propriedade do petróleo extraído do subsolo nacional, podendo exportá-lo, como respectivamente prevêem os artigos 26 e 60 da absurda Lei 9478/97.

A AEPET alertou – e continuará alertando – a sociedade brasileira para o quão “nocivos e apátridas” são tais leilões do nosso petróleo, e também considera “uma afronta ao Brasil a limitação da participação da estatal nos fatídicos certames”, disse Heitor Pereira.

Petrobrás promete lutar pela Bacia de Campos

O jornal “Monitor Mercantil”, ao noticiar que a ANP realizará o 8º Leilão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás em 2008, lembrou que a informação foi dada pelo diretor da ANP Haroldo Lima. O 8º leilão vem com a absurda característica de limitar a participação da estatal brasileira. E a Petrobrás, por seu

turno, promete lutar pelo direito de explorar blocos na Bacia de Campos no 9º Leilão, marcado para novembro, próximo. A estatal pediu a retirada do bloco na Bacia de Campos (CM237, antigo BC400) do leilão, mas a ANP manteve e fixou o preço mínimo mais alto da rodada, R\$ 286 milhões.

Segundo informou ainda o “Monitor Mercantil”, do dia 24/08, a ANP deverá receber a liberação do STF (Supremo Tribunal Federal) para realizar o 8º Leilão. Entretanto, existe a possibilidade da análise da questão ir ao plenário do STF que, após a belíssima decisão contra os deputados “mensaleiros” e a favor do País, pode reabrir a esperança em favor do Brasil.

O diretor da ANP, Haroldo Lima, disse à imprensa que tais rodadas garantirão a auto-suficiência do país em petróleo para além de 2016. “A questão é que, de acordo com os artigos 26 e 60 da Lei 9478/97, respectivamente permite a posse do petróleo extraído do subsolo nacional e a sua exportação pelas empresas concessionárias, sobretudo as estrangeiras. Nesse caso, a auto-suficiência será uma virtualidade, pois com que Forças Armadas o Brasil poderá contar para dissuadir os anglo-saxões estadunidenses de não retirar de qualquer jeito o petróleo produzido na Bacia de Campos e em outras bacias brasileiras”, destacou o presidente da AEPET, Heitor Manoel Pereira.

Haroldo Lima, em palestra no Clube de Engenharia, no dia 23 de julho, último, já anunciava o 9º Leilão, que segundo ele, será para manter a auto-suficiência. Manifestando total falta de compromisso com a preservação das reservas nacionais de petróleo, Lima faleceu que a Lei 9478/97 está “dando certo” e que, portanto, não há razão para alterá-la. Num total cinismo disse, ainda naquela palestra, que o limite de participação das empresas no 8º Leilão teve como exemplo o arremate de 39% das áreas ofertadas pela empresa M&S, de um empresário argentino dos jogos de bingo. Já o ex-funcionário da Halliburton e atual diretor da ANP, Nelson Narciso, em outra oportunidade, foi mais sincero que Haroldo Lima e disse logo que o objetivo do 8º Leilão era conter a Petrobrás, logo o monopólio da União, a verdadeira dona das bacias sedimentares. Lima para correr do debate aprofundado, ofereceu apenas cinco minutos para perguntas e respostas, o que fez com que conselheiros abandonassem a reunião em sinal de protesto.

A Nação brasileira não pode continuar nessa camisa-de-força, permitindo a sangria de nosso petróleo e do suor de nosso trabalho para sustentar os parasitas do sistema financeiro internacional. Os petroleiros e a sociedade brasileira continuam aguardando firme atitude do Governo Lula contra os leilões do nosso petróleo, que seja anulado o leilão da Companhia Vale do Rio Doce, que seja alterada a Lei 9478/97, e que se estanque a sangria desatada da exportação do nosso petróleo, além do reaparelhamento e o aumento de recursos para as nossas Forças Armadas, e que retorne ao mercado de trabalho formal milhões de brasileiros.



ASSOCIADOS DO AMA

A AEPET fechou convênio com o restaurante Padovano a fim de que os sócios da AMA (Assistência Médica da AEPET) tenham o benefício de desconto de 15% nos almoços no restaurante, que fica no 4º andar do Edifício Central, na Avenida Rio Branco, 156, no Centro. Os aniversariantes não pagam. Quem fizer aniversário no fim de semana pode comemorar na segunda-feira com o mesmo benefício.

Receba diariamente nosso informativo eletrônico. Ligue para AEPET - 21 2533-1110 ou acesse o portal: www.aepet.org.br



PETROBRÁS TERÁ QUE PAGAR PARA UTILIZAR SEU PRÓPRIO GÁS

Em entrevista no programa “Debate Brasil”, o ex-presidente da AEPET, Ricardo Maranhão, criticou a aprovação da Lei do Gás pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no dia 29/08. Na sua avaliação o substitutivo melhorou em relação do projeto original, mas mantém pontos negativos. “O projeto original, do ex-senador Rodolph Tourinho, era um monstro jurídico, que praticamente iria confiscar cerca de 5300 km de gasodutos construídos pela Petrobrás, que valem mais US\$ 10 bilhões (R\$ 19 bi)”. Maranhão disse que o relator da matéria, o deputado João Maia, após analisar as emendas apresentadas, desconsiderou o projeto original. No entanto, o substitutivo aprovado prevê absurdos. Por exemplo: a Petrobrás, após extrair petróleo do subsolo, separar, transportar, processar e tratar o gás, deverá entregá-lo à uma em-

presa distribuidora, que passará a comercializá-lo. Ou seja, a Petrobrás terá que comprar de volta o gás produzido por ela para poder utilizá-lo em suas refinarias. Contra tal absurdo, Maranhão disse que está sugerindo mudanças nos conceitos de “consumo próprio” e “gasoduto de transferência”. O alento foi que a as refinarias da Petrobrás, produtoras de fertilizantes a partir do gás natural, uma em Sergipe e outra na Bahia, continuarão no regime de “consumo próprio”, embora já estejam pagando algum pedágio às companhias distribuidoras. A mobilização dos petroleiros fez com que fosse prorrogada, por mais 30 anos, a posse pela Petrobrás dos gasodutos por ela construídos. Agora o texto deve ser enviado para o Senado, salvo seja apresentado um requerimento, assinado por 10% do deputados, solicitando que o texto vá a plenário.

